

BIS adia novamente a dívida brasileira

O Banco para Compensações Internacionais (BIS) prorrogou por mais duas semanas, para 15 de julho, o pagamento da segunda parcela de US\$ 400 milhões do crédito-ponte de US\$ 1,45 bilhão concedido ao Brasil, a pedido das autoridades brasileiras, informaram fontes monetárias internacionais em Bruxelas ao *The Wall Street Journal*, edição européia. Ontem, no final da tarde, o Banco Central confirmou a prorrogação.

O empréstimo, que originalmente deveria ter sido pago no fim de maio, foi estendido primeiramente por um mês, porque o Fundo Monetário Internacional (FMI) recusou-se a desembolsar a segunda parcela do crédito prometido (US\$ 411 milhões) ao Brasil, sob a alegação de que o País não estava seguindo o programa de ajustamento econômico combinado.

Um porta-voz do FMI em Washington disse sexta-feira que o Fundo ainda não havia decidido se iria desembolsar o dinheiro para o Brasil. A fonte disse que a missão ainda estava

em Brasília estudando a situação econômica do País e que somente haveria uma decisão a respeito do crédito depois que ela houvesse retornado a Washington.

A segunda prorrogação do empréstimo de US\$ 400 milhões coloca o BIS numa posição difícil. O presidente do BIS, Fritz Leutwiler, disse repetidamente no p-a-s-s-a-d-o q-u-e o s empréstimos-ponte dos bancos centrais, através do BIS devem ser a exceção, em vez da regra, para os países altamente endividados. Na reunião anual do BIS, realizada há três semanas, Leutwiler acentuou que os bancos centrais haviam estendido créditos a apenas uns poucos países, com o objetivo específico de salvaguardar o sistema bancário internacional.

Mas os atuais problemas com o empréstimo ao Brasil expõem a debilidade dos credores ocidentais com relação a grandes devedores — como o Brasil. O BIS está sendo forçado a estender seu crédito por uma segunda vez, apesar da relutância do FMI em aceitar o ajuste do Brasil.